



Miss Marajó, urna funerária encontrada nos anos 1950 pela arqueóloga norte-americana Betty Meggers

O irmão DO NORTE

Museu Paraense Emílio Goeldi chega aos 152 anos com 4,5 milhões de itens preservados, mas pouco protegidos

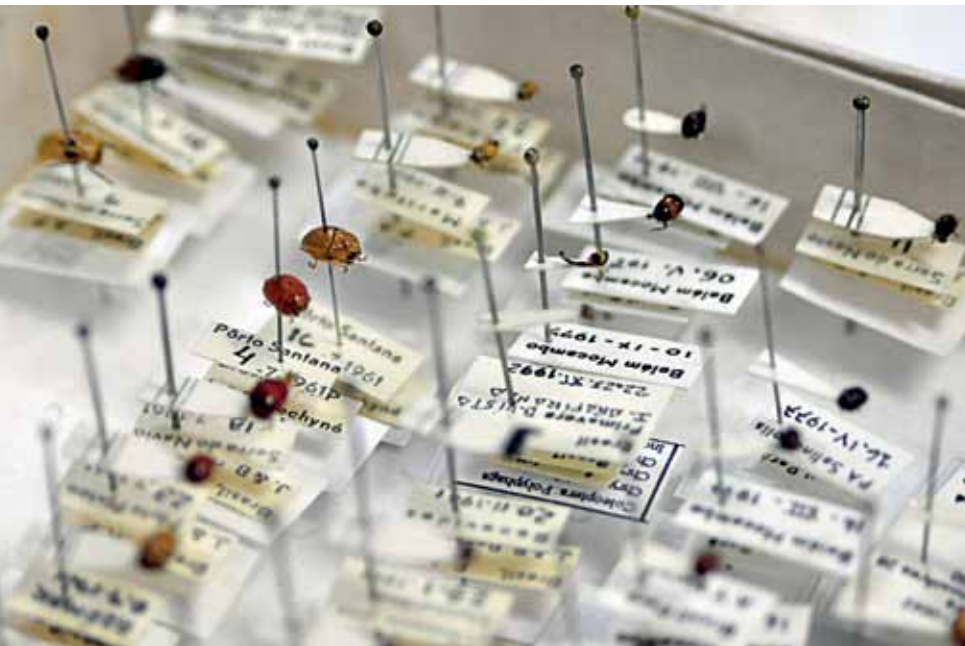
Ricardo Zorzetto, de Belém

Todas as manhãs Suzana Prim dos Santos percorre as estantes da sala que acomoda quase 15 mil objetos de 120 povos indígenas da Amazônia para verificar se está tudo em ordem. Olha demoradamente as peças e, em silêncio, deseja-lhes um bom dia. É sua forma de prestar homenagem e respeito aos grupos, alguns já desaparecidos, representados por máscaras, adornos de cabeça, chocalhos, cestos, arcos, flechas e bordunas no acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a mais antiga instituição científica da região Norte do país, criada em 1866 em Belém, no Pará. “É como me comunico com o visível e o invisível”, afirma. Nascida em uma aldeia karipuna no município de Oiapoque, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, Suzana viveu com seu povo até os 17 anos e aprendeu com a mãe a fazer grafismos em cuias usadas para produção e consumo de alimentos e bebidas. Mudou-se para Belém nos anos 1970 para completar o segundo grau (atual ensino médio) e, mais tarde, cursou sociologia. Conheceu a coleção de artefatos indígenas e de outros povos da Amazônia em 1987, em um estágio na graduação, e não foi mais embora.

Em uma visita ao acervo na manhã de 20 de setembro, Suzana abria com delicadeza as gavetas e apresentava cada peça, lembrando o povo que a produziu e a região de origem. Acondicionadas sobre espuma inerte que as protege da deterioração, estão organizadas por material de fabricação e uso. Cestos e outros utensílios de palha em uma seção, adornos de pluma na seguinte e arcos, flechas e outras armas mais adiante. “Cada peça é frágil como uma criança”, contou Suzana, que contribuiu com chocalhos, cuias e colares de seu povo para a coleção.

No salão de quase 300 metros quadrados, a temperatura e a umidade relativa do ar são controladas por um sistema de ventiladores, exaustores e desumidificadores, projetado no início dos anos 2000 por um engenheiro do Instituto para Conservação Getty, nos Estados Unidos, especializado em preservação de obras de arte. No lado oposto à entrada, guardada por uma porta de vidro com acesso por senha e outra corta-fogo, uma veste de mais de 2 metros de altura ergue-se imponente: é uma máscara em forma de tamanduá, tecida por índios Kayapó no próprio *Campus* de Pesquisa do museu. É nesse conjunto de prédios





Insetos da coleção entomológica do MPEG, que reúne cerca de 1,5 milhão de exemplares

erguidos entre os anos 1980 e 2000 no extremo leste de Belém, longe dos olhos dos visitantes, que estão as preciosidades dessa e de outras 19 coleções de plantas, animais, fósseis, rochas, livros raros e artefatos arqueológicos do segundo mais antigo museu de história natural do país. Elas compõem um acervo de cerca de 4,5 milhões de objetos, inferior apenas ao do Museu Nacional antes do incêndio.

Próximo à máscara de tamanduá, um armário protegido por vidro exhibe estatuetas africanas e máscaras de palha, plumas e fios do povo Wayana, do norte do Pará. Há ainda objetos tikuna, kanela, apinajé e de outras etnias, coletados em expedições do século XIX, como a conduzida pelo explorador francês Henri Coudreau (1859-1899), ou, décadas mais tarde, pelo antropólogo alemão Curt Nimuendajú (1883-1945), que dá nome à reserva etnográfica do museu. Quase 700 itens de origem kayapó foram vendidos por padres missionários ao próprio Emílio Goeldi (1859-1917), zoólogo suíço que dirigiu o então Museu Paraense de 1894 a 1907 e o reorganizou aos moldes do Museu Nacional, transformando-o em um centro de estudos de história natural e etnografia da Amazônia.

“Muitos povos veem o museu como sua casa”, contou a antropóloga Lúcia Hussak van Velthem, curadora do acervo etnográfico do MPEG. “Eles fazem questão de estar representados aqui por meio de seus objetos.” Hoje, o museu responde pela guarda e produção de conhecimento científico sobre as peças. A posse, no entanto, é compartilhada com os grupos que as produziram. Os índios podem visitar o acervo, manipular os objetos e documentá-los por meio de fotos e vídeos. Eles também mostram aos pesquisadores a forma adequada de usá-los e de acondicioná-los na reserva técnica.

No corredor do acervo etnográfico, uma porta de madeira e outra de ferro, trancada a cadeado, protegem outras preciosidades. Na sala com forro que retarda a propagação de chamas, uma caixa-forte resistente ao fogo guarda fitas magnéticas com o registro de 74 línguas indígenas (e algumas crioulas) das quase 180 faladas na Amazônia. O acervo começou a ser montado nos anos 1980 pelo linguista norte-americano Denny Moore, que treinou alunos brasileiros em trabalhos de campo na Amazônia e os estimulou a fazer pós-graduação no exterior. Desde então, a coleção cresce lentamente com gravações feitas pela equipe do Goeldi e por pesquisadores do Brasil e do exterior associados ao museu, que, por determinação da Fundação Nacional do Índio, devem depositar uma

Artefatos arqueológicos e de povos atuais retratam 12 mil anos de presença humana na Amazônia

cópia do registro audiovisual em uma instituição científica brasileira.

Joshua Birchall, um jovem linguista brasileiro-americano e pesquisador do museu, ajudou nos últimos anos a organizar as coleções do acervo, que foi digitalizado. Duas cópias completas estão em servidores do *Campus* de Pesquisa – uma na sala em que Birchall trabalha e outra em um prédio distante. Também há uma cópia de parte do material no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e em centros de pesquisa estrangeiros, como o Instituto Max Planck de Psicolinguística, na Holanda, ou o Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas, no Reino Unido. Embora o acesso ao material seja restrito, possível mediante autorização e com a finalidade de pesquisa, houve críticas quando o MPEG decidiu depositar cópias em outras instituições. “A intenção é preservar os dados, mas colegas brasileiros disseram que estávamos entregando o material para os gringos”, conta Birchall, que trabalha com povos indígenas de Rondônia e registrou, de 2009 a 2012, a mitologia dos Oro Win, cuja língua é falada com fluência por seis pessoas.

MISS MARAJÓ

A história da ocupação recente da Amazônia, contada por objetos e línguas dos povos atuais, completa-se com sinais de presença humana bem mais antiga, indicada pelos artefatos arqueológicos. Em um prédio vizinho, estão guardados

e catalogados quase 2 milhões de fragmentos e 120 mil peças inteiras de cerâmica, além de objetos líticos e de metal, coletados próximo aos principais rios amazônicos. Ali há objetos encontrados em algumas das ocupações humanas mais antigas da região: artefatos de pedra trabalhada de 12 mil anos, escavados na serra dos Carajás, a 800 quilômetros ao sul de Belém. Eles são quase tão antigos quanto o material lítico e as pinturas rupestres dos sítios arqueológicos de Monte Alegre, a 700 quilômetros a oeste da capital paraense, estudados desde os anos 1980 pela arqueóloga Edithe Pereira, do Goeldi.

Os armários deslizantes guardam peças de 15 regiões da Amazônia e quase 20 estilos diferentes. Uma das mais famosas foi apelidada de Miss Marajó: uma urna funerária de quase 1 metro de altura, do estilo Joanes, estudada por Edithe. Com gargalo um pouco mais estreito que a base, é pintada de vermelho, branco e preto e apresenta realces que lembram olhos, nariz e boca humanos. Foi achada na ilha de Marajó nos anos 1950 pela arqueóloga norte-americana Betty Meggers (1921-2012) e viajou o mundo em exposições.

Outro objeto importante é um ídolo de pedra da região do rio Trombetas, guardado à chave em um armário. Esculpido em um pedaço de rocha com uns 15 centímetros de altura e em forma de “L”, ele se apresenta como ser humano, macaco, arara ou gavião-real, a depender do ângulo pelo qual é observado. “Essa transformação entre humano e animal e vice-versa integra a cosmologia de muitos povos ameríndios”, conta a arqueóloga Helena Lima, curadora da coleção.

O acervo de arqueologia ganhou nova dimensão a partir dos anos 1950 com o financiamento de expedições pelo Smithsonian, instituição de pesquisa norte-americana, e, nas décadas seguintes, pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (Pronapaba). Sua origem, no entanto, remonta ao nascimento do museu, na segunda metade do século XIX, com coletas feitas pelo seu fundador e duas vezes diretor, o naturalista e etnólogo autodidata Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888). Nascido em Minas Gerais, Ferreira Penna foi por quase uma década secretário da província do Grão-Pará.



Máscaras cerimoniais do povo Wayana, guardadas no acervo etnográfico Curt Nimuendajú



Exemplares da coleção de aves, a terceira maior do país

Atuava como interlocutor entre a elite local e o presidente da província, em geral indicado pela capital do Império.

O naturalista explorou a província e participou de coletas da expedição do zoólogo suíço-americano Louis Agassiz (1807-1873). Em 6 de outubro de 1866, convocou pelos jornais uma reunião para criar a Associação Filomática, embrião do Museu Paraense. Planejava fundar uma instituição que fosse o “núcleo de um estabelecimento de ensino superior no Pará” e centro para o estudo de ciências naturais, relata a historiadora da ciência Maria Margaret Lopes no livro *O Brasil descobre a pesquisa científica* (editora UnB, 2009). Instalado em 1867 em uma casa alugada e depois em uma sala do Liceu Paraense, o museu, no início, recebeu doações do Museu Nacional e de naturalistas que viajavam pela Amazônia.

O próprio Ferreira Penna recolheu artefatos arqueológicos e identificou sambaquis, entre eles o de Taperinha, um dos mais antigos do país. Funcionando de modo precário, o museu fechou de 1888 a 1891. Nos primeiros anos da República e período áureo da exportação de borracha, o governador Lauro Sodré, entusiasta da ciência, decidiu reestruturar o museu. Convidou Goeldi, ex-funcionário do Museu Nacional, para dirigir a instituição paraense. “Goeldi dá alma ao museu”, conta o historiador da ciência Nelson Sanjad, pesquisador do MPEG e autor de *A coruja de Minerva*, de 2010 (editora da Fundação Oswaldo

Cruz), livro no qual relata a história do Museu Paraense entre 1866 e 1907.

Ao assumir a direção, Goeldi criticou a inexperiência dos antecessores e descartou parte da coleção, malconservada – o material de fora da Amazônia foi enviado a outras instituições. Com apoio político e dinheiro, trabalhou para criar um museu voltado ao estudo e à divulgação da história natural e da etnologia amazônicas e ao desenvolvimento da região.

Em 1895, Goeldi inaugurou o primeiro zoológico da Amazônia onde hoje é o Parque Zoobotânico, sede administrativa e área de exposições do museu, na região central da cidade (ver Pesquisa FAPESP nº 196). No mesmo ano, levou para Belém o botânico suíço Jacques Huber (1867-1914), que, em meio à área de exposição dos animais, iniciou a formação de um horto com quase 500 espécies de plantas amazônicas. Huber começou ainda a organizar o herbário do museu. “Ele foi o primeiro botânico a se instalar na Amazônia”, conta a engenheira-agrônoma Ely Gurgel, chefe da Coordenação de Botânica do MPEG. Iniciou seu trabalho identificando as espécies amazônicas e depois estudou a ecologia da seringueira, de importância econômica para a região.

Hoje com 233 mil exemplares de plantas, o herbário criado por Huber é o terceiro mais antigo do Brasil – mais novo

apenas que o do Museu Nacional e o do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – e o mais antigo acervo botânico da Amazônia. Sua coleção é quase exclusivamente de plantas da região e 65% dos exemplares já foram escaneados para que a imagem fique disponível on-line. Ali estão exemplares usados por Huber para descrever espécies novas e cerca de 600 duplicatas de plantas coletadas pelo botânico inglês Richard Spruce (1817-1993) nos 15 anos em que percorreu a Amazônia, da foz do rio Amazonas aos Andes. Parte da coleção original de Spruce foi destruída na Inglaterra na Segunda Guerra Mundial.

“As coleções do museu nem sempre são muito grandes, mas são valiosas por serem especializadas e conterem muita informação científica agregada, como local e data de coleta”, explica Sanjad. “Goeldi dizia não querer coleções de todo o mundo, mas as melhores da Amazônia.”

Uma é a de aves, a segunda mais antiga e terceira maior do país. “Com quase 80 mil exemplares, é a maior coleção de aves da Amazônia no mundo”, conta seu curador, o ornitólogo Alexandre Aleixo. Em um estudo publicado em 2017 na *Revista Brasileira de Ornitologia*, o acervo do MPEG foi considerado o de maior valor entre 56 analisados no país e o mais citado em publicações internacionais. Outra coleção importante é a entomológica, iniciada pelo entomologista e botânico austríaco Adolpho Ducke (1876-1959), recrutado por Goeldi. São quase 1,5 milhão de exemplares de insetos de um número ainda desconhecido de espécies. “Temos dados informatizados de mais de 300 mil exemplares que ficarão disponíveis para acesso público”, conta o biólogo Cléverson dos Santos, pesquisador do museu.

SEGURANÇA

Até os anos 1980, espaços exíguos nos prédios centenários do Parque Zoobotânico concentravam, sob condições precárias, os laboratórios de pesquisa e as coleções do MPEG. Verbas do governo federal e de um projeto ligado ao Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais permitiram a construção dos prédios do *Campus* de Pesquisa e a transferência de acervos e laboratórios para lá. “Foi um trabalho de salvaguarda do acervo do museu”, conta o antropólogo Marcio Meira, pesquisador do MPEG.

Além dessas duas unidades, o museu mantém uma estação científica na Flo-



Prédio histórico que abriga exposições no Parque Zoológico, na região central de Belém

resta Nacional de Caxiuanã, na ilha de Marajó, no Pará, e um *campus* avançado no Pantanal, em Mato Grosso. Os 23 laboratórios do museu estão concentrados na unidade da região leste de Belém, onde trabalham 53 pesquisadores (eram quase 100 nos anos 1990), 120 bolsistas e parte dos 173 servidores da instituição. Também é no *Campus* de Pesquisa que funcionam os seis programas de pós-graduação – um próprio e cinco em parceria com instituições de ensino e pesquisa da Amazônia –, que já formaram cerca de 600 mestres e doutores nas duas últimas décadas. Nos últimos cinco anos, os pesquisadores do Goeldi têm publicado em média 340 artigos científicos por ano.

O museu chegou aos 152 anos em 6 de outubro com seus acervos mais bem acondicionados, mas sem as condições de segurança desejáveis. No *Campus* de Pesquisa, o sistema de detecção de fumaça dos laboratórios e das salas das coleções não funciona adequadamente há um ano por falta de manutenção. Oscilações na rede elétrica queimavam os sensores, que, com certa frequência, também eram acionados por formigas. Extintores de pó químico e gás carbônico são a forma de proteger do fogo as coleções que não podem ser molhadas – para as outras, há hidrantes instalados e funcionando no *campus*.

Manutenção do acervo consome cerca de um terço do orçamento anual do museu

Após o incêndio do Museu Nacional, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao qual o MPEG está ligado, solicitou à direção um relatório sobre a situação de segurança da instituição, incluindo as coleções e edificações históricas, e uma estimativa de custos para a instalação de sistemas mais modernos de combate a incêndio.

“No ano passado, houve um princípio de incêndio na central elétrica do *Campus* de Pesquisa”, conta a bióloga Ana Luisa Albernaz, que assumiu a direção do museu em julho deste ano. Há também infiltrações e infestação por cupins em

prédios que abrigam os laboratórios e as coleções, além de rachaduras em alguns dos edifícios centenários do Parque Zoológico. Caso os R\$ 15 milhões pedidos para 2019 sejam aprovados e repassados, R\$ 3 milhões devem ser destinados à troca da central elétrica do *Campus* de Pesquisa. “Nos próximos meses, devemos submeter projetos a um edital do BNDES e a outro do Ministério da Justiça em busca de verbas para a restauração de alguns prédios históricos e a melhoria dos sistemas de segurança”, afirma Ana.

O valor que o museu recebe do MCTIC oscilou entre R\$ 10 milhões e R\$ 12 milhões de 2010 a 2016, sendo suficiente para contratar serviços terceirizados de limpeza e segurança e pagar as contas de água e energia (a última consumiu R\$ 1,4 milhão por ano). Cerca de um terço da verba é gasto na manutenção das coleções – algo como R\$ 1 por item do acervo por ano. Em 2017, um corte de 43% derrubou o orçamento para R\$ 7,1 milhões e agravou a situação. Em setembro, o linguista Nilson Gabas Júnior, então diretor, ameaçou fechar a Estação Científica Ferreira Penna, em Marajó, e o Parque Zoológico, por onde passam 400 mil visitantes por ano. A população reagiu e no dia 17, um domingo, milhares de pessoas deram um abraço simbólico no parque, o que ajudou a recuperar parte do orçamento inicial. ■